

## 1

### Introdução

Embora haja um determinado consenso em torno da ética kantiana em relação a inúmeros conceitos fundamentais de suas obras, muitos textos não obtiveram tanta importância, textos menores de Kant, notas de aulas etc. Acontece que não é comum nas leituras dos textos que tratam da moral kantiana se atentar para certos elementos formadores do sujeito moral. As leituras da ética kantiana giram quase sempre em torno da consideração do sujeito moral já adulto, que é a consideração da filosofia. Talvez, isso se deva também ao próprio modo de acordo com o qual Kant elaborou a *Crítica da razão prática* que, junto com a *Fundamentação da metafísica dos costumes*, constitui a obra capital, que dá os princípios determinantes da ética por ele proposta. Nessa obra, podemos ver o pouco espaço – em quantidade de palavras, mas não em importância – que é reservado para este tema. Ele é tratado de modo especial na “Doutrina do método”, composta de poucas páginas, o que poderia ter sido interpretado pelos comentadores como uma parte de ‘menor importância’. Na verdade, diante do imenso trabalho elaborado por Kant nessas duas obras, o da fundamentação dos princípios da moralidade, a questão do método para seu uso vem em segundo lugar, no sentido da necessidade de se deixar claros os princípios éticos. É preciso, primeiro, que os princípios estejam bem estabelecidos, que se tenha levado seriamente em consideração os problemas éticos e a necessidade de se pensar sobre eles com clareza e que, em função disso, se procure uma solução para eles, para que se possa, enfim, tratar da pedagogia desses princípios.

Entretanto, os textos menores mostram muitas vezes pontos importantes concernentes ao sistema kantiano que, por terem sido negligenciados, acabam dando uma certa deformidade ao sistema como um todo. Está claro que dar conta do sistema como um todo requer que tenhamos passado pelo conhecimento dos princípios kantianos, tanto em sua filosofia teórica quanto em sua filosofia prática, mas, uma vez feito isso, e se quisermos abranger o sistema em sua completude, temos de ir adiante e tratar de sua aplicação. O próprio Kant não desconsiderou em suas três críticas a questão do método. Nessa parte das *Críticas*, ele trata de questões que nos ajudam a compreender o sentido dos passos dados na parte mais argumentativa, em que propõe e justifica os princípios. Talvez possamos dizer

das doutrinas do método, existentes nas *Críticas*, o que se diz dos prefácios, dos apêndices, dos escólios das obras dos séculos XVII e XVIII: que elas indicam o que foi trazido de novo pela parte mais teórica, que elas tratam dos avanços trazidos pelas propostas do filósofo para o estado em que, até então, se encontrava a questão. Dentre as três *Críticas*, a "Doutrina do método" da *Crítica da razão prática* é a menos extensa. Sem correremos o risco de errar muito, e levando em conta a obra que Kant escreve logo depois, a *Crítica da faculdade do juízo*, poderíamos dizer que sua pouca extensão tem a ver com a dificuldade de se colocar em prática os princípios morais. Trata-se, talvez, uma vez os princípios estabelecidos, da tarefa mais importante da filosofia e, num certo sentido, muito mais importante do que o estabelecimento dos princípios teóricos. Agir moralmente é um dever de todo ser racional, enquanto estabelecer os princípios e fundamentos é importante para aquele que quer conhecer, especialmente para o filósofo que tem de limitar as pretensões de sua razão. A "Doutrina do método da faculdade do juízo teleológica", em especial o §83, os textos das antropologias, o do *Conflito das faculdades*, dentre outros e, de modo especial, o da *Pedagogia* teriam sido elaborados para dar conta da importância que a aplicação dos princípios morais desempenham, não só para a filosofia, mas para todo ser humano.

O fato de certos textos aparentemente menos importantes terem sido deixados de lado pelos intérpretes e pelos comentadores não acontece só com Kant, na medida em que a história da filosofia caminha assim, muitas vezes desconsiderando temas que somente mais tarde foram ou serão revisitados. Sempre me pareceu ser esse o caso da ética kantiana, pois muito se discute a respeito dos princípios éticos de Kant, mas pouco se atenta para a aplicação desses princípios.

O cuidado que devemos ter no que concerne à aplicação dos princípios morais está bem explícito no texto *Sobre a pedagogia*. Nele, percebemos o olhar minucioso de Kant para questões capitais que não aparecem tão claramente nas obras sistemáticas, mas que são importantes quando se trata da aplicação dos princípios morais. A tese não pretende desconsiderar de todo a importância da tradição na interpretação dos textos de Kant. Mas seu objetivo principal é lançar alguma luz sobre a maneira pela qual se poderia levar o jovem a se interessar por aquilo que já lhe foi dado de antemão, que ele tem em sua natureza, a saber, a sua

razão, a sua capacidade de julgar, isto é, os poderes que, naturalmente, tem e que lhes foram dados para serem usados e desenvolvidos. Para Kant, parece não haver dúvida de que, ao se tratar da educação, se está necessariamente levando em consideração o fim do ser humano, sua destinação final que é o desenvolvimento de seu ser racional, moral, autônomo, livre. Pois

O resultado final da antropologia pragmática em relação à destinação do ser humano e à característica de seu aprimoramento consiste no seguinte. O ser humano está destinado, por sua razão, a estar numa sociedade com seres humanos e a se cultivar, civilizar e moralizar nela por meio das artes e das ciências, e por maior que possa ser sua propensão animal a se abandonar passivamente aos atrativos da comodidade e do bem-estar, que ele denomina felicidade, ele está destinado a se tornar ativamente digno da humanidade na luta com os obstáculos que a rudeza de sua natureza coloca para ele.<sup>1</sup>

Ora, o processo de formação moral pode ser entendido como essa transposição da rudeza animal para a moralidade humana. Essa transposição carece de uma aplicação paulatina dos princípios para que a consciência moral seja exposta, despertada. Na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, Kant expõe esse caminho atentando agora para o conjunto das nossas disposições: a disposição técnica, a disposição pragmática e, por fim, a disposição moral.<sup>2</sup>

Assim, tem-se que atender para dois modos de se ver a ética kantiana. Um deles é o que trata de seus princípios, modo esse em que Kant procura justificar a realidade da lei moral. Para que se possa falar de educação para a moralidade, é preciso que não haja dúvida sobre sua realidade. É o que Kant faz especialmente na *Crítica da razão prática*. O outro é a colocação em uso desses princípios, o que Kant faz nos textos sobre a educação, na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, em *Sobre a pedagogia* e ainda em alguns opúsculos. Então, foi a partir da leitura dos textos que tratam da colocação em uso desses princípios que propomos a tese desse trabalho: a de que é possível observar em Kant um caminho para a formação moral que não seja um processo autoritário de mera assimilação desses valores. Propomos, também, que esse caminho tem a razão como algo dado de antemão à natureza humana, mas que ainda precisa ser desenvolvido.

<sup>1</sup> KANT, I. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Trad. Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006. Ak 324-25; tr. p. 219.

<sup>2</sup> KANT, I. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Trad. Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006. Ak 322-24; tr. p. 216-18.

Lembremo-nos de que Kant, no “Prefácio B” da *Crítica da razão pura*, critica o modo como a tradição racionalista lida com as questões morais. Segundo essa tradição, elas teriam a ver com o nosso conhecimento da alma humana e de sua destinação para a imortalidade. Seria a preocupação com um suposto conhecimento de nossa vida futura o motivo que procuraríamos para agir corretamente. Em contraposição a essa maneira de ver as questões morais, Kant argumenta que os princípios da moralidade já existem na alma humana. Eles não decorrem do conhecimento da natureza da alma e de sua destinação, mas são vivenciados pelos seres humanos na escolha de suas máximas<sup>3</sup>. Kant justifica essa sua posição mais claramente na *Fundamentação da metafísica dos costumes* e na *Crítica da razão prática* e, em *Sobre a pedagogia*, confirma-a pela adoção explícita do método socrático, que consiste no trazer à luz os princípios já dados aos seres humanos em função de sua racionalidade, como veremos no decorrer da tese.

Por isso, o capítulo 1 versa sobre os princípios racionais, propostos por Kant, tanto os do conhecimento quanto os da moralidade, enfatizando a distinção existente entre a causalidade mecânica e aquela pela liberdade. Com isso o capítulo procura esclarecer o poder de cada uma das faculdades mentais com vistas à formação moral. Com este capítulo ficamos sabendo em que consiste o caráter humano e a sua formação; em que consiste a ética de Kant do ponto de vista daquilo que ela propõe para o ser humano no que concerne às suas ações, à sua autonomia e tudo que a possibilita. Veremos que o respeito à lei moral, longe de ser uma mera subordinação é, para Kant, a verdadeira essência da autonomia. O tema da autonomia será tratado porque a autonomia revela o ser humano na qualidade de legislador de modo tal que se possa romper com as propensões naturais às inclinações. Procuramos deixar claro que a ação por dever é autônoma porque a lei a qual se segue é dada pela própria razão do ser humano. É nesse momento que o ser humano é o instituidor da lei e pode, assim, formar o seu próprio caráter.

Dessa forma, antecipamos o lugar que o educando deve alcançar através da formação do caráter, que é o fim de toda formação moral. A formação do caráter é o que permite que se considere o imperativo categórico como mandamento das

---

<sup>3</sup> CRP, BXXVIII-XXXIII; tr. p. 26-8.

ações, como Kant propõe. Sem essa formação moral o sentido do imperativo se perde, porque, como veremos, não basta somente agir conforme ao dever, mas antes, que se ‘queira’ agir por dever. Para isso, Kant observa duas faces do caráter: o caráter inteligível e o caráter empírico dos seres humanos. Sobre o primeiro nada se pode conhecer, já que não está dado ao conhecimento. E sobre o segundo, o caráter empírico, pode-se sempre desconfiar. Pois a boa aparência das ações pode estar fundamentada em planos muito perversos, como Kant muitas vezes deixa transparecer. Na obra *A religião nos limites da simples razão*, por exemplo, Kant afirma: “contra a ordem moral, as ações podem, apesar de tudo, ocorrer de modo tão conforme à lei como se tivessem promanado de princípios legítimos. (...) então o caráter empírico é bom, mas o inteligível é, porém, sempre mau”.<sup>4</sup>

A dificuldade em formar o caráter inteligível é decorrente do fato de ele mesmo, na sua constituição, ser insondável. Esta característica leva Kant muitas das vezes a dizer que é preciso que o ser humano passe por uma ‘transformação do coração’ até que possa ‘querer’ agir por dever. Isso porque, muito embora estejamos a falar sobre ‘formação’, a formação, por si mesma ainda não é garantia para que a ação moral venha a se realizar. Veremos que não é um caminho mecânico de assimilação de regras racionais, mas antes o desenvolvimento de potências que os seres humanos já trazem em sua natureza. Trata-se do caminho que possibilita o desenvolvimento e o uso daqueles elementos constituintes dos seres humanos racionais, as suas disposições, tanto as disposições técnicas para certas habilidades, quanto as disposições morais para a ação humana.

O capítulo 2 trata mais especialmente do processo de formação moral e de como ele concerne ao desenvolvimento das faculdades mentais, particularmente do juízo reflexivo. Nele, observaremos a proposta de Kant sobre a formação, a atividade desse juízo, das faculdades e dos princípios a ele concernentes. Assinalamos que esta atividade das faculdades mentais não é somente ‘cognitiva’, como se estivéssemos a dizer que a aquisição maior de conhecimentos implica diretamente no desenvolvimento das disposições morais. Não é isso. De fato, quando Kant exalta a proposta do *Philantropinum* Instituto de Educação, fundado em 1774 por Johann Bernhard Basedow, Kant o faz, sobretudo, pela proposta de ensino fundada menos na memorização, no uso repetitivo de uma das faculdades,

---

<sup>4</sup> KANT. I. *Religião nos limites da simples razão*. Trad. Artur Morão. Covilhã: Universidade Beira Interior, 2008. AA6:36-7.

do que no desenvolvimento integral do ser humano e, ainda, por uma proposta cosmopolita de ensino, em que se prezava o ensino de línguas estrangeiras e de outras culturas, valorizando assim muito mais a formação do que a simples instrução. Kant também é direto em dizer o quanto ele deve aos ensinamentos de Rousseau sobre a educação. Nos trechos que compõem as *Selections from the Notes on the Observations on the Feeling of the Beautiful and Sublime*, de 1764-65, Kant já faz uma referência importante a Rousseau, a respeito de uma educação intimamente relacionada com a liberdade, portanto, com a questão moral.<sup>5</sup> Podemos ler ainda em outra passagem de *Moral philosophy: Collin's lectures notes*:

Rousseau says that [at this juncture] a father should give his son [a complete account of the matter], and not keep it a secret; he must enlighten the boy's understanding, tell him the purpose of this inclination and the harm that comes from misusing it. He must show him here, on moral grounds, the abhorrent nature of such abuse, and set before his eyes the degradation of the worth of humanity within him. This is the last and most delicate point in education. Until the schools arrive at dealing with it, many vices will continue to be practised.<sup>6</sup>

Ao tratar do juízo, o capítulo deixa transparecer que a preocupação de Kant com a educação e a formação moral dos seres humanos tem a ver com a situação em que a própria filosofia da época se encontrava. Na *Crítica da razão pura* Kant tem a pretensão de estabelecer um solo seguro para a metafísica, que havia se transformado em uma espécie de palco de lutas infundáveis. Pensar uma educação que esteja de acordo com a razão humana e com os fins que são os dela, deve ser, para Kant, o motor do processo de Esclarecimento.

Neste capítulo procuraremos ver em que consiste o 'progresso' da atividade das faculdades mentais e o papel do juízo reflexivo nesse desenvolvimento e na função que ele desempenha na formação moral. Para tanto, foi necessário uma incursão na *Crítica da razão pura* e na *Crítica da faculdade do juízo*, para deixar mais clara a relação das faculdades mentais entre si para, a partir daí, entender como a educação deve contribuir para a formação moral. Por isso tratamos, neste capítulo, do belo e do sublime, pois esses sentimentos ajudam na realização

<sup>5</sup> "The chief intention of Rousseau is that education be free and also make a free human being." (Cf. KANT, I. *Notes and fragments*. edited by Paul Guyer, Translated by Curtis Bowman, Paul Guyer and Fredrick Rauscher. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. AA Ob 2:237; tr. p. 22.

<sup>6</sup> KANT, I, *Lectures on Ethics*. Edited by Peter Health and J.B Schneewind. Trans. by Peter Health. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. AA, 27:470; tr. p. 220.

daquilo que é o fundamental para a formação moral, ou seja, ajudam a que o educando chegue, por si mesmo, a determinadas conclusões. No exercício do ajuizamento desses sentimentos, o educando é convocado a prestar a atenção na existência de um sentimento não empírico, um elemento que é decorrente da racionalidade humana. Isto é, um sentimento vivido por um ser racional em função do uso de suas faculdades. Um uso que, ainda que lance mão das faculdades cognitivas, não possui como objetivo o conhecimento. Poderemos ver que ajuizamento do sublime, particularmente, exerce uma função primordial no desenvolvimento da reflexão em vistas ao ajuizamento moral. Assim, pelo que podemos entender, o ajuizamento do sublime não se refere somente aos aspectos grandiosos da natureza, como é comum a gente depreender da leitura da *Crítica da faculdade do juízo*. Veremos que o sublime reside também nas ações ditas magnânimas de figuras grandiosas da história e, ao narrar esses fatos, podemos mostrar quão grande é a virtude de certos homens ao adotarem os princípios morais.

Esse exercício nada tem a ver com inculcar diretamente valores morais, sejam estes quais forem, mas, antes, estimular o educando para que ele desenvolva as suas faculdades mentais, razão pela qual não se trata, nesse caso, apenas de falar de ‘dever’, ‘moralidade’, ‘liberdade’ para uma criança. Ela deve considerar esses conceitos em função de suas próprias exigências e não recebê-los passivamente de outros para que a formação moral seja levada a cabo. Com efeito, o desenvolvimento do pensamento e da reflexão em geral devem fornecer as ferramentas necessárias para a reflexão, voltada para o ajuizamento das ações dos seres humanos. Esse é o caminho que procuramos percorrer aqui. São etapas que o educando passa, sem dúvida, mas não no sentido de meramente enfrentar certas tarefas que poderiam ser independentes umas das outras, mas no sentido de que, espera-se, cada uma delas represente uma mudança em sua natureza. Nesse sentido, trata-se de uma atividade orgânica. Pode-se fazer isso por meio do estímulo ao julgamento moral das ações de grandes figuras históricas, episódios vividos que devem mostrar os valores adotados em certas condutas e decisões, por exemplo.

Por fim, o capítulo 3, trata da maneira pela qual a educação para a moralidade passa por pontos que compreendem a disciplina, a cultura, a civilidade e a moralidade. Procuramos mostrar que é de extremo interesse para a ética

kantiana a atenção que se deve dar às crianças nas fases iniciais da vida e o quanto Kant é rigoroso no tratamento que se deve dispensar às crianças no sentido de discipliná-las e também o quanto Kant é contra atitudes autoritárias. Se, nos primeiros momentos, o educando deve mostrar sujeição, o que Kant irá nomear de “constrangimento mecânico”, em um segundo momento, quando o educando já pode entender as razões de uma repreensão a respeito de algo feito, esse constrangimento passa a ser ‘moral’, como quando se deixa transparecer uma frieza glacial diante de algo feito.

Neste capítulo observamos os passos fundamentais que irão nos permitir, mais tarde, falar em ‘motivo puro do agir’, em ‘lei moral’. Ou seja, tentamos perseguir as condições que devem ser criadas para que se tenha êxito nesse processo de formação moral. Veremos como Kant é enfático em relação às dificuldades que estão implicadas nesse processo. Um exemplo dessa dificuldade é o fato de o ser humano ser educado por outro ser humano que, muitas das vezes, se encontra em fase de desenvolvimento moral, visto que a moralidade das ações nunca está garantida, porque em todas as ações sempre é reivindicada uma decisão que não é mecânica. Com isso, observamos a forma como Kant compreende os passos a serem seguidos pelos educadores e educandos, as idades correspondentes a cada atividade, o surgimento das primeiras regras de conduta, a coação inicial necessária, o papel da cultura etc. Embora Kant não proponha um método, ele indica uma maneira de se tratar a formação moral. É notório que ele tem em mente o modelo de escola de Basedow<sup>7</sup>. Na época, era uma grande novidade, fato que fez com que Basedow fosse bastante elogiado não só por Kant, mas também por Goethe, que ficou conhecido nessa época por ter escrito “Os sofrimentos do jovem Werther, nos anos setenta. Em uma dessas referências a Basedow, Kant diz o seguinte:

(...) all members of the state must be similarly educated, and then the state would have the required stability. We even hope for this? The Basedow institutes of education create a small but fervent hope in that regard. Once human nature has attained to its full destiny and highest possible perfection, This is the destined final

---

<sup>7</sup> KANT, I. *Antropology, History and Education*. Edited by Gunter Zoller and Robert B. Loudon. Translated by Mary Gregor et al. Cambridge: Ed. Cambridge University Press, 2007. AA 2:447; tr. p. 100.

end, and the highest moral perfection, to which the human race can attain, and for which, after the lapse of many centuries, we may still have hope.<sup>8</sup>

Com isso, perceberemos um processo que se move do exterior para o interior, com a disciplina e a cultura e do interior para o exterior, com a ação moral e a ação política. Após o término da leitura de *Sobre a pedagogia*, perceberemos o motivo pelo qual não se começa a falar de moral para as crianças, ao se falar de ‘liberdade’, ‘agir moral’, ‘imperativos’ etc., porque não é assim que o pensar por si mesmo e a autonomia serão desenvolvidos, mas por meio de práticas nas quais as crianças têm de ser disciplinadas e precisam se exercitar em seu julgar e em suas tomadas de decisão.

---

<sup>8</sup> KANT, I, *Lectures on Ethics*. Edited by Peter Heath and J.B Schneewind. Trans. by Peter Heath. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. AA, 27:471; tr. p. 221-22.